



Por: CP |24.02.2010

## Governo quer repensar mapa judiciário

Secretário de Estado explica que não é possível entrarem em funcionamento este ano todas as comarcas previstas.

O secretário de Estado da Justiça João Correia reconheceu esta quarta-feira que, se entrassem em funcionamento este ano todas as comarcas previstas no novo Mapa Judiciário, isso teria um «custo insuportável» para o Estado.

O responsável falava na Assembleia da República, durante a discussão na especialidade do Orçamento de Estado de 2010 para a área da Justiça, que prevê estender até 2014 a implementação do novo mapa judiciário, a funcionar desde Abril de 2009 em três comarcas piloto e que este ano deveria ser alargado a todo o país.

Para o secretário de Estado, **há que repensar critérios e até outras comarcas**, como a da Madeira.

Esta posição levou a deputada Helena Pinto (BE) a afirmar que o adiamento do Mapa Judiciário torna evidente que esta reforma emblemática do executivo PS «já fracassou», mesmo antes de ser implementada na totalidade e numa altura em que se resume a três comarcas piloto: Alentejo-Litoral, Baixo Vouga e Grande Lisboa Noroeste.

Também o deputado Fernando Negrão (PSD) pediu explicações sobre este «adiamento tão dilatado» e sobre a avaliação da experiência nas três comarcas piloto, ao que João Correia veio esclarecer que essa avaliação foi feita dentro do prazo, ou seja até final de Fevereiro deste ano.

Durante o debate, o ministro Alberto Martins anunciou investimentos significativos nas instalações da nova sede da Polícia Judiciária, em meios de investigação criminal, no laboratório de polícia científica da PJ, na construção de novos estabelecimentos prisionais e em estruturas da Reinserção Social, mas os **deputados da oposição mostraram-se preocupados com os gastos do Ministério da Justiça em arrendamento de tribunais**, muitos deles ainda desocupados ou em fase de instalação, como o de Viana do Castelo.

Alberto Martins revelou que o Instituto de Gestão Financeira da Justiça está a fazer um levantamento exaustivo, não só da alienação do património do Estado, como também de tudo o que diga respeito a contratos de arrendamento e outras despesas de funcionamento dos tribunais portugueses.

O ministro prometeu toda a «transparência» nessa avaliação e pediu consenso para as grandes reformas do sector, como o das leis penais, observando que a Justiça é uma «questão de regime» e que todos devem contribuir para a credibilidade do sistema judicial, que atravesse uma crise aos olhos dos cidadãos.

Alberto Martins reconheceu que **um dos «grandes debates» se prende com a sustentabilidade financeira da Justiça num futuro próximo**, na medida em que o Simplex e outras alterações ao nível dos Registos e Notariado vieram colocar problemas de financiamento ao sector.

O sistema informático CITIUS foi outra das matérias discutidas, tendo o secretário de Estado da Justiça José Magalhães manifestado a convicção de que, com aplicação da fibra óptica, será possível agilizar e melhorar a sua utilização pelos tribunais e operadores judiciários.

### A justiça e a comunicação social

O aumento «brutal» dos custos com a Justiça, sector que absorve 66,1 por cento das verbas com despesas de pessoal e 23,4 por cento com aquisição de bens e serviços, foi um dos temas desenvolvidos pelo deputado João Oliveira (PCP), que lançou várias questões sobre o financiamento futuro do sistema.

Fernando Negrão (PSD) mostrou-se preocupado com o clima de conflito interno na Justiça, mas também com o relacionamento entre esta e a Comunicação Social, em termos de imagem de «degradação da Justiça», tendo o ministro Alberto Martins enfatizado que Parlamento e todas as instituições judiciais têm um papel crucial na tarefa de «credibilização» do sistema judicial junto dos cidadãos.